



Relatório de Atividades – Triénio 2019-2022

2019

2019 ficou marcado como mais um ano em que prosseguiu a transferência de muitos milhões de euros do bolso dos portugueses para os bancos, de benesses fiscais para as grandes empresas, nomeadamente as do setor financeiro, um ano em que se continuou a assistir ao sorvedouro das parcerias público-privadas e, no qual, o governo reiterou a recusa de renegociar a dívida do Estado. Ao mesmo tempo, manteve-se a opção pela não tributação justa dos grandes conglomerados económicos. Trata-se da insistência em algumas das opções políticas do governo do PS que servem a agiotagem nacional e internacional, ficando disso refém a concretização de medidas de resposta às reivindicações dos trabalhadores, em geral, e dos professores e investigadores, em particular, bem como o investimento na Escola Pública e na Ciência e Investigação.

O registo de todas as ações e iniciativas que se faz neste relatório e a elevada participação dos professores e educadores é suficiente para que se possa afirmar que no ano de 2019 os professores desenvolveram um poderoso processo de luta. Luta organizada pela FENPROF e, nas regiões, pelos seus sindicatos. Todo este processo foi dinamizado com uma permanente presença nas escolas, com centenas de reuniões.

Continua claro que vale sempre a pena lutar e que a ação sindical persistente, unitária e de massas continua a ser o caminho para alcançar resultados que correspondam à melhoria das condições de trabalho e de vida ou, no mínimo, ao não agravamento dessas condições para os trabalhadores. Demonstra-o, por exemplo, o facto de o governo ter várias vezes afirmado que nenhum do tempo roubado seria contado, mas ter sido obrigado pela luta a incorporar na carreira, neste período, dois anos, nove meses e dois dias. Permanecem por contar seis anos, seis meses e vinte e três dias.

No que respeita à ação sindical, o ano de 2019 fica marcado por dois traços essenciais: i) a intransigência do governo em não responder de forma positiva às reivindicações centrais de professores e educadores – carreira (contagem do tempo de serviço, resolução das ultrapassagens e desbloqueio das progressões aos 5º e 7º escalões), combate à precariedade, regras para uma aposentação digna, efetivo cumprimento das regras legais para a organização dos horários e resolução dos abusos no recurso à precariedade laboral; ii) uma forte, persistente, lúcida e determinada ação sindical para alcançar a resolução das reivindicações dos professores.

O governo e o seu primeiro-ministro chegaram a chantagear o país e a Assembleia da República, ameaçando com a demissão, caso o parlamento aprovasse uma lei que contasse integralmente, para a carreira, o tempo de serviço cumprido pelos professores e educadores. Tratou-se uma chantagem nunca vista. Perante ela, os partidos à direita do PS – PSD e CDS – deram o dito por não dito e, à última hora, optaram por ignorar os compromissos e posições que já tinham assumido na comissão de especialidade, pondo em causa os direitos dos professores em nome de interesses eleitorais. Comportamentos – o do governo e o da direita – deploráveis que deixaram lições para o futuro.

Os professores e educadores, envolvidos no processo de ação e de luta, organizado e dinamizado pela FENPROF e os seus Sindicatos, estiveram à altura da afronta, recusaram desistir de lutar por aquilo a que têm direito. Em todo este processo, a FENPROF e os seus sindicatos tiveram um papel relevante realizando centenas de reuniões em escolas e jardins de infância e promovendo a participação nas ações de luta agendadas. Simultaneamente, nunca os docentes portugueses deixaram de estar empenhados e presentes em ações desenvolvidas pela CGTP-IL e pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, intervindo no plano geral dos trabalhadores e no específico de largo espectro profissional do setor do Estado.

Claro que o ano de 2019 está também marcado pela realização do 13.º Congresso Nacional dos Professores que reafirmou a Federação como organização fundada num sindicalismo combativo, de massas, unitário e de classe. Os vários sindicatos deram um contributo decisivo para o sucesso do Congresso e a reafirmação da FENPROF como a maior organização sindical dos professores e educadores portugueses, fiel à sua matriz fundadora. Ao longo do ano e face a problemas que se foram agravando, a FENPROF manteve a lucidez e clarividência necessárias para não conduzir a luta dos professores a “becos sem saída”, consciente de que não há ações de luta que milagrosamente forcem o governo a responder às reivindicações dos professores.

2020

O ano de 2020 não fica marcado apenas pela pandemia que afetou a vida dos portugueses e, naturalmente, a própria atividade e ação sindical. O ME, em tempo de pandemia, limitou-se a manter o reprovável comportamento de bloqueio negocial e intransigência face às naturais e justas reivindicações de professores e educadores. Em simultâneo, recusou dialogar e até ouvir opiniões sobre as condições de funcionamento das escolas e exercício da profissão docente em tempo de pandemia.

Trata-se de um posicionamento político antidemocrático que até contrasta com outros que foi possível constatar em outras áreas da governação. Do lado da FENPROF, ficou mais uma vez evidente a procura incessante de formas de ação e de propostas que se dirigissem à resolução das reivindicações dos docentes e investigadores. Antes das limitações impostas por causa da pandemia, a FENPROF realizou ações de luta frente à Assembleia da República e ao Conselho de Ministros designadamente em reunião realizada em Bragança, mas, igualmente, em reuniões ordinárias que tiveram lugar em Lisboa, nas instalações do ministério da Presidência, promoveu, com grande participação, um Plenário Nacional de Professores, bem como concentrações contra o bloqueio no acesso aos 5º e 7º escalões da carreira e pela contagem do tempo de serviço prestado pelos educadores nas creches. Foi, também, realizada a 4.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação, nela sendo apresentados os resultados de um Estudo promovido pela FENPROF sobre precariedade e burnout. Já depois das medidas tomadas que limitaram a atividade por força da pandemia, a FENPROF esteve sempre no combate pelos direitos dos professores e na defesa da Escola Pública. Assim foi com a distribuição, nas escolas secundárias, do manual de procedimentos e exigências para a abertura de estabelecimentos de ensino, em maio de 2020, e, no mês seguinte, nos jardins de infância, nas concentrações frente ao MEnas ações de luta promovidas pela CGTP e na Greve Nacional realizada no mês de dezembro, exigindo diálogo, negociação e soluções para os problemas, greve conjunta dos trabalhadores da administração pública. Os professores e educadores, organizados nos seus Sindicatos, nunca baixaram os braços nem deixaram confinar a atividade sindical.

Apesar de todas as dificuldades, realizaram-se, entre setembro e dezembro de 2020, reuniões e plenários onde participaram centenas de professores e educadores. São opções políticas do governo, muitas delas de subserviência às imposições da União Europeia e do Eurogrupo, que condicionam a concretização de medidas de resposta às reivindicações dos docentes e investigadores e o investimento na Escola Pública.

Durante este tempo diferente e excecional, atendendo à pandemia, muitas foram as situações de atropelos aos direitos dos docentes das IPSS/Misericórdias e do EPC que chegaram aos sindicatos da FENPROF, no seguimento de atitudes abusivas de entidades patronais.

Os sindicatos da FENPROF, durante o período de confinamento, tomaram conhecimento de um conjunto significativo de IPSS e misericórdias com comparticipação financeira decorrente do Protocolo de Cooperação com a Segurança Social e o Ministério da Educação, que recorreram ao layoff simplificado, tendo suspenso os contratos de trabalho dos educadores de infância, impedindo, desta forma, a aplicação do regime de teletrabalho. Face a esta situação, a FENPROF entendeu estar em causa uma duplicação do financiamento público para os mesmos recursos, já que aquelas instituições continuaram a ser comparticipadas com o mesmo valor que já recebiam. Por outro lado, também não estavam a cumprir com o estabelecido no Decreto-Lei nº14-G/2020, na parte referente à educação pré-escolar.

Na sequência do conhecimento destes factos, a FENPROF denunciou as instituições em causa, junto das entidades competentes, nomeadamente da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do ministro da Educação, secretário de Estado da Segurança Social e Autoridade para as Condições de Trabalho.

Em 2020, apesar das dificuldades impostas pela pandemia, a FENPROF continuou a assentar a sua vida e atividade na ligação aos docentes e investigadores, aos problemas e às suas aspirações.

2021

O ano de 2021 continuou a ficar marcado pela pandemia que afetou e continua a afetar a vida dos portugueses. Naturalmente, esta situação também continuou a afetar as condições de desenvolvimento da atividade e ação sindical.

Em tempo de pandemia, ME e governo mantiveram o seu comportamento de bloqueio negocial e intransigência ao não responderem de forma positiva às reivindicações centrais de professores e educadores. O governo chegou ao ponto de violar leis da Assembleia da República, como as que impunham a realização de um concurso de vinculação extraordinário de docentes das escolas públicas de ensino artístico ou a que determinava a abertura de um período de negociação visando aprovar um novo regime de concursos que respeitasse critérios promotores de estabilidade de emprego e profissional. O ME deixou passar os prazos, não cumpriu as leis, em claro desrespeito pela Assembleia da República, e recorreu ao Tribunal Constitucional o que, no entanto, não suspendia o dever de aplicação das leis. Contudo, não as aplicou.

A FENPROF, sendo esse o compromisso que tem com os docentes e os investigadores, centrou as suas principais preocupações na informação, no esclarecimento, no debate e na organização da luta pelos objetivos que os seus sindicatos estabeleceram como essenciais para criar as condições de vida e de trabalho ajustadas às necessidades da escola e da profissão.

Apesar das limitações, a FENPROF nunca deixou de organizar ações e iniciativas que envolveram centenas ou mesmo milhares de docentes, de que são exemplo, com particular registo, a jornada nacional de luta a 24 de abril frente ao CCB, a 25 de junho a Feira dos Problemas com Soluções Bloqueadas (na sequência de quatro concentrações sucessivas junto às reuniões do conselho de ministros), a concentração frente ao ME, a 28 de julho, contra as vagas no acesso aos 5.º e 7.º escalões ou a manifestação nacional que assinalou, em 5 de outubro, o Dia Mundial dos Professores, e o 1.º Ciclo de Debates preparado pelo seu Centro de Formação José Salvado Sampaio.

A FENPROF esteve ativa e envolvida nas ações de luta promovidas pela CGTP-IN e pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, bem como nas que se enquadram na defesa da Paz e da Solidariedade entre os Povos, como a que se realizou, numa iniciativa promovida pelo CPPC – Conselho Português para a Paz e Cooperação, de solidariedade com a Palestina ocupada.

Com a FENPROF, os docentes e investigadores, organizados nos seus sindicatos, nunca baixaram os braços, nem abandonaram a atividade sindical. Respeitando as regras sanitárias, realizaram-se reuniões e plenários em que participaram centenas de professores e educadores. Tendo sido ainda mais difícil realizar iniciativas do que em outros anos, foi, apesar de tudo, muito significativa a participação, face à situação de saúde pública vivida.

Se a atividade dos docentes e investigadores no ativo, do setor público, fica assinalada por uma intensa ação em defesa de objetivos concretos que melhoram a vida e o trabalho, o mesmo aconteceu, por parte da FENPROF, em relação ao ensino particular e cooperativo e o designado setor social, bem como em relação ao ensino superior e à ciência. Registem-se os esforços realizados para garantir avanços na contratação coletiva, quer no plano da negociação direta com o setor empresarial, quer no quadro dos processos de conciliação no Ministério do Trabalho, desencadeados pela FENPROF.

No caso do setor social, os avanços foram mais significativos com a negociação de um novo Contrato Coletivo. No ensino superior e ciência releva a ação no âmbito do PREVPAP, com a integração e intervenção nas CAB/CTES, a realização de iniciativas de debate, protesto e exigência pela abertura de concursos para docentes e investigadores com processos homologados ou nos contactos institucionais com a Assembleia da República, com vista à consagração de melhores condições de contratação. Relativamente ao setor social, e como resultado da denúncia e pressão desencadeadas pela FENPROF em 2020, junto das entidades competentes nas inúmeras situações de layoff, em janeiro de 2021, quando foram novamente suspensas as atividades letivas (Lei nº16/2021), o governo, através da publicação de um novo diploma, regulou de maneira diferente a medida. Com efeito não poderiam as instituições recorrer àquele apoio, pois perderiam o financiamento do Estado, não podendo, tal como a FENPROF viria a expor, acumular financiamento normal, decorrente do protocolo com o MTSSS, com a medida de layoff.

Outro setor que manteve uma ação muito intensa foi o dos docentes aposentados. Para além de intervir no plano geral no quadro do movimento sindical unitário, da CGTP-IN, da Inter-Reformados e do MURPI, os dirigentes da FENPROF tiveram a sua intervenção muito limitada, como é compreensível, pela situação decorrente da pandemia. Não deixaram, contudo, de organizar a informação a publicar no Jornal da FENPROF (JF), na página da internet do DA e respetivo Boletim Informativo, participar em lutas da FENPROF e do Movimento Sindical Unitário (MSU), bem como organizar e realizar uma sessão de reflexão temática sobre ADSE - Instituto Público de Gestão Participada (ADSE I.P.).

2022

Em 2022, o ano teve características que o tornaram ainda mais atípico, relativamente aos anteriores: a situação epidemiológica, apesar de ter consequências menos graves na saúde dos portugueses, não deixou de ter registos elevados, com os grupos etários correspondentes às crianças e jovens em idade escolar a serem os mais atingidos, no que respeita aos níveis de incidência e de transmissibilidade. Tal levou a que o início do ano, que

deveria corresponder ao início do segundo período letivo, se tivesse “atrasado” duas semanas, compensadas em interrupções letivas que passaram a ser de menor duração, sobrecarregando, também, dessa forma docentes e alunos, e que, até hoje, milhares de alunos, docentes e trabalhadores não docentes tenham ficado em quarentena ou isolamento profilático, com todas as dificuldades que daí resultam para o normal desenvolvimento da vida das escolas e para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

O período de janeiro a abril de 2022 continuou marcado pela ausência de relacionamento institucional com o governo, ao que, desta feita, não é alheio o facto de só em 23 de março ter ficado completo o processo eleitoral para a Assembleia da República. A tomada de posse do governo, com a designação pelo primeiro-ministro dos responsáveis políticos do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a par da apresentação do seu programa, iniciavam uma política de continuidade e, por isso, sem o aumento do investimento em setores que exigem, neste domínio, uma evolução que peca por tardia. No que ao ME diz respeito, como a FENPROF referiu, o novo titular da pasta governa a Educação há seis anos, é conhecedor dos dossiês e dos problemas que afetam o setor, reunindo as condições necessárias para iniciar, de imediato, o necessário diálogo social e a negociação das medidas que permitam ultrapassar ou corrigir os problemas existentes.

A atipicidade do ano em curso, 2022, não ficou por aí. Em 24 de fevereiro, a guerra na Ucrânia conheceu novos desenvolvimentos, com a condenável invasão deste país pela Rússia.

A FENPROF manifestou, desde cedo, a sua disponibilidade para colaborar no quadro da Internacional de Educação e para reforçar uma ação humanitária que apoie os refugiados ucranianos. Condenou todas as formas de intervenção militar que ponham em causa a soberania dos Estados, que constituam ações violentas sobre as suas populações e que não respeitem o direito e as convenções internacionais. Defendeu a via diplomática e políticas de desarmamento, bem como o fim dos blocos político-militares, tal como a Constituição da República Portuguesa exige. Neste quadro, como o fez, por exemplo, em relação às agressões sobre o médio-orientes ou o Sahara Ocidental, a FENPROF condenou, sem equívocos, a guerra na Ucrânia.

Desta situação resultou um aumento brutal da inflação, como já não se via desde o século passado, o que atingiu, particularmente, a vida de docentes que se deslocam diariamente para a escola onde trabalham. Isto, para além das consequências que a guerra tem na sociedade, com reflexo natural nas escolas. Ninguém pode passar ao lado dos discursos e práticas belicistas, das casas destruídas e das vidas interrompidas ou profundamente alteradas, com milhares de mortos e milhões de refugiados. A FENPROF, no quadro da ação dos docentes e investigadores no plano geral de todos os trabalhadores, acompanhou as exigências da CGTP-IN, reafirmando que não podem ser os trabalhadores a pagar uma crise que deve ser considerada no quadro da aprovação do próximo orçamento do Estado.

Viveu-se e continua a viver-se, ainda, uma situação política inédita: após as eleições realizadas em 30 de janeiro, por força de ilegalidades cometidas na contagem de votos da emigração, o governo só tomou posse em 30 de março, ou seja, dois meses depois, o que se reflete no facto de só agora, no momento em este Congresso se realiza, se estar a discutir no Parlamento o Orçamento do Estado para o ano em curso. Esta situação, que resultou, primeiro, da decisão do Presidente da República em dissolver a Assembleia da República na sequência do chumbo do OE para 2022 e, depois, da já referida ilegalidade, fez com que a primeira metade do ano, no plano da resolução de problemas que deverá passar por processos negociais, tivesse sido, praticamente, um tempo perdido.

Não pode ignorar-se que, com uma maioria absoluta, o PS fica de mãos mais livres para aplicar o seu programa e as suas opções orçamentais, sem obrigatoriedade de negociar, desde logo, ao nível da Assembleia da República, as medidas e as verbas para as garantir. Neste quadro, nunca deixando cair as exigências democráticas e legais de negociação com as organizações sindicais, a FENPROF, reafirmou que os docentes e investigadores saberão afirmar as suas posições, defender os seus direitos e intervir pela satisfação das suas legítimas aspirações. E foi com este contexto que a FENPROF afirmava: a força da luta é, ainda, mais necessária.

Ações de luta, iniciativas e intervenção da FENPROF

Em 2019

21 junho – Participação na 81ª reunião da CAB CTES 01.

21 junho – Participação na 81ª reunião da CAB CTES 02.

9 de julho - Encontro-Protesto Nacional dos Trabalhadores Científicos do Ensino Superior e Ciência – Centro de Congressos de Lisboa.

10 julho – Reunião MCTES para última ronda negocial sobre o Decreto-Lei dos Leitores das Universidades Portuguesas.

10 de julho – Manifestação Nacional CGTP-IN – Lisboa - Professores na rua, com todos os trabalhadores, em luta. Importantes matérias, para os docentes e investigadores, estiveram no centro desta ação: a revalorização das carreiras e o aumento anual dos salários, a defesa dos serviços públicos, a alteração da legislação laboral e reversão dos aspetos mais gravosos do atual Código de Trabalho e da Lei de Trabalho em Funções Públicas e a independência de Portugal em relação às políticas impostas do exterior, designadamente da União Europeia e do FMI.

11 julho – Reunião no MCTES sobre transição dos Leitores.

22 julho – Reunião com reitor da Universidade de Aveiro sobre transição dos leitores e contratação ao abrigo do “emprego científico”.

23 de julho – Ação da FENPROF e luta dos Leitores das universidades portuguesas deu frutos. Conselho Ministros aprova, finalmente, medidas de estabilidade para os Leitores

24 de julho – Plenário Frente Comum – Lisboa – é aprovado um manifesto reivindicativo que seria enviado a todos os partidos com assento parlamentar.

30 de julho – Presença/manifestação Volta a Portugal – Viseu.

Agosto – Volta a Portugal em Bicicleta – por todo o lado, em diversas localidades, na subida à Torre e à Senhora da Graça, a reivindicação da contagem integral do tempo de serviço esteve sempre presente.

2 de setembro – Conferência de Imprensa de Abertura do Ano Letivo - Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel – Coimbra.

3 de setembro – Participação na 87ª reunião da CAB CTES 01, em representação da FENPROF/FC.

6 de setembro – Conselho Nacional da FENPROF – Lisboa.

7 de setembro – Reunião com vice-reitor da Universidade de Coimbra sobre a transição dos Leitores, contratação nas IPSFL e serviço letivo em excesso atribuído aos docentes convidados.

13 de setembro - Debate promovido pela FENPROF com os partidos com assento parlamentar sobre as propostas para o Ensino Superior e a Investigação (ICS).

13 de setembro – Participação na 88ª reunião da CAB CTES 01, em representação da FENPROF/FC.

18 de setembro – Tribuna Pública Em Defesa da ADSE – Lisboa.

19 de setembro – Plenário da CGTP-IN – Lisboa.

20 de setembro – Participação na 89ª reunião da CAB CTES 01.

23 de setembro – Concentração/Conferência Imprensa Instituto D. João V contra o layoff – Lourical.

30 de setembro – 41.ª reunião e última da CAB MAFDR-MM.

1 de outubro – Conferência de Imprensa EPC na CNEF – Lisboa.

1 de outubro – Entrega Abaixo-Assinado do EPC – Lisboa.

4, 5 e 6 de outubro – reuniram os órgãos nacionais da FENPROF, com aprovação de Caderno Reivindicativo para 2019/2020.

5 de outubro – Manifestação Nacional de Professores – Lisboa Comemorações do Dia Mundial do Professor – promovidas pela FENPROF.

11 de outubro – Encontro Sindical Nacional CGTP-IN – Almada.

13 de outubro – Início da Greve ao Sobretrabalho (pelo 2.º ano).

22 de outubro – Participação na Ação “A fadiga mata”, realizada em Vilar Formoso, organizada CGTP-IN, FECTTRANS e Comissões Obreras.

26 de outubro – Plenário Nacional de Docentes dos Ensinos Particular e Cooperativo, Artístico Especializado e Profissional – FENPROF – Lisboa.

8 de novembro – Participação na 90ª reunião da CAB CTES 01, em representação da FENPROF/FC.

9 de novembro – 1.º Corrida Nacional do Professor e da Educação – Lisboa. Partiu da Praça do Império, junto ao CCB, passou por Algés, Centro de Congressos de Lisboa, Alcântara. Esta prova trouxe, mais uma vez, a Escola para a rua, e contou com um grande número de professores, educadores, alunos, encarregados de educação e dirigentes representantes das associações que os representam. A todos eles, juntaram-se atletas, que participaram a título individual ou em representação das 33 equipas inscritas.

14 de novembro – 2019 – Na Assembleia da República - Debate e Apreciação Parlamentar da Petição do Ensino Superior sobre descongelamento e progressões na carreira.

15 de novembro – Participação na 91ª reunião da CAB CTES 01.

15 de novembro – Reunião com MCTES sobre os problemas do setor.

18 de novembro – Expo-Horários – ME – Iniciativa sobre as ilegalidades dos horários dos docentes – Lisboa.

20 de novembro – 2019 – Conferência de Imprensa – Sobre Inclusão, Évora.

22 de novembro – Participação na 92ª reunião da CAB CTES 01.

27 de novembro – Homenagem Professor Jorge Leite – Coimbra.

29 de novembro – Congresso da ANMP – Concentração Contra a Municipalização da Educação – Vila Real.

5 de dezembro – É divulgado publicamente e lançado entre os professores precários do ensino superior um questionário sobre a sua situação profissional, naquele que virá a ser o maior levantamento realizado em Portugal sobre a precariedade dos docentes e investigadores do ensino superior.

5 de dezembro – “Age Summit” na Presidência Conselho Ministros – Lisboa.

9 de dezembro – Reunião geral com os investigadores da Universidade de Évora.

14 de dezembro – Conselho Nacional FENPROF – Lisboa.

19 de dezembro – Discussão da Petição Contagem Tempo de Serviço – AR – Lisboa.

20 de dezembro – Participação na 95ª reunião da CAB CTES 01.

Em 2020

9 de janeiro – “Janeiradas” – Ação organizada pela Frente Comum junto ao Ministério das Finanças — Lisboa.

10 de janeiro – Deslocação à Assembleia da República – Debate sobre o Orçamento de Estado – Lisboa.

17 de janeiro — Um Cordão Humano frente a Assembleia da República, protesto e exigência, centrados no O.E. para 2020 e nas reivindicações dos professores.

17 de janeiro - Tribuna Pública, ação nacional descentralizada organizada pela IR/Nacional e pelo Movimento Unitário dos Reformados e Pensionistas e Idosos (MURPI) em frente à Segurança Social.

24 de janeiro – Plenário Nacional de Sindicatos CGTP-IN – Lisboa.

31 de janeiro – Greve Nacional de Docentes e Investigadores e Manifestação Nacional da Administração Pública.

31 de janeiro — 4.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação – Lisboa.

31 de janeiro - Manifestação Nacional da Frente Comum dos Sindicatos da Administração (FCSAP) pelo aumento dos salários.

11 de fevereiro – Plenário Nacional de Professores e Educadores — Lisboa.

14 e 15 de fevereiro - XIX Congresso da CGTP-IN segundo o lema “Lutar Avançar nos Direitos – Valorizar os trabalhadores – Por um Portugal com futuro”.

27 de fevereiro — Conselho de Ministros descentralizado. Uma delegação do Secretariado Nacional que integrava a concentração de dirigentes dos sindicatos membro da FENPROF deslocou-se a Bragança para entregar 5.000 postais ao Primeiro-Ministro no final da reunião do Conselho de Ministros que se realizou naquela cidade. Porém, António Costa e Tiago Brandão Rodrigues mantiveram-se distantes, saindo por uma “via alternativa” longe da concentração, fugindo ao confronto democrático.

2 a 6 de março — Semana da Igualdade “Emprego de Qualidade. Viver e Lutar pela Igualdade” CIMH/CGTP-IN.

4 de março — Concentração DGEstE sobre as vagas de Acesso aos 5º e 7º – Coimbra.

6 e 7 março – Conselho Nacional da FENPROF — Foz do Arelho.

8 março — Participação Manifestação Nacional Mulheres, em Lisboa, promovida pelo MDM.

16 de março – Data a partir da qual, devido à pandemia de COVID-19 e por razões de saúde pública, se decidiu encerrar sedes e delegações dos sindicatos, passando o atendimento aos sócios a ser feito através do regime de teletrabalho. O apoio jurídico e sindical, embora à distância, foi todo cumprido, quer localmente, quer a nível nacional, sentindo-se os professores acompanhados em todo o processo de adaptação às condições de trabalho em regime de ensino à distância e na resposta a questões relacionadas com aspetos socioprofissionais.

26 março – Participação na Manifestação Nacional da Juventude, em Lisboa.

3 abril – Declaração do Secretário Geral da FENPROF, face à atual situação de confinamento social.

8 abril — Audição online/zoom do M.E. com a FENPROF, para avaliação e auscultação da situação epidemiológica da Covid-19.

22 abril – A FENPROF lança questionário sobre as condições de exercício da profissão.

25 abril — Celebrar o 25 de Abril a cantar “Grândola Vila Morena”.

1 maio – Dia Mundial do Trabalhador – participação nas iniciativas realizadas em todo o país, organizadas pelas Uniões de Sindicatos/CGTP-IN.

14 de maio — A FENPROF toma posição em defesa de medidas adequadas de segurança sanitário no regresso à atividade presencial no ensino superior e investigação.

15 maio — Conferência de Imprensa da FENPROF de apresentação do Manual de Procedimentos, Condições e Exigências no regresso à atividade presencial nas escolas, Porto.

18 maio – Distribuição, aos professores, de Manual de Procedimentos, Condições e Exigências, no regresso às aulas presenciais, em toda a região. O Secretário-Geral da FENPROF e outros dirigentes da Federação e do Sindicato dos Professores da Região Centro estiveram nesta manhã junto à Escola Secundária D. Dinis em Coimbra, para

acompanhar o regresso de professores e alunos às aulas presenciais. Uma ação que se multiplicou por diversas escolas de todo o país.

1 junho – A FENPROF assinalou a reabertura dos jardins de infância com Conferência de Imprensa, em Lisboa, e divulgação de um manual de procedimentos e de apoio à ação sindical dos docentes deste setor.

9 de junho — ESTUDO SOBRE E@D — Professores assinalam aumento das desigualdades e cansaço extremo. Confirma-se que, a meio do terceiro período letivo, mais de metade dos docentes ainda não tinha conseguido contactar com todos os seus alunos; apesar disso, mais de dois terços avançaram novos conteúdos curriculares, impelidos que foram pelas direções de algumas escolas e pelo ministério da Educação; porém, de entre esses docentes, é significativo o número dos que afirmam não considerar esses conteúdos na avaliação que farão dos seus alunos. Conscientes dos défices que se verificarão no final do presente ano letivo, os professores consideram inevitável, em 2020-2021, tê-los em conta, tentar superá-los e reforçar os apoios pedagógicos aos alunos.

18 de junho — O Secretariado Nacional da FENPROF entregou formalmente ao Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) o donativo que a Federação decidiu canalizar para o auxílio ao combate à pandemia de COVID-19 em Portugal. Os membros do Secretariado Nacional da FENPROF foram, ainda, privilegiados com uma visita às instalações do Instituto, onde ficaram a conhecer melhor o trabalho que aí se desenvolve e as condições em que o mesmo se realiza.

22 de junho — A FENPROF reclama o cumprimento da lei do PREVPAP: Que o Estado e o governo honrem os seus compromissos financeiros com as IES e que estas abram os concursos sem mais demoras, procedendo de imediato à regularização dos vínculos.

22 a 26 junho – Semana Nacional de Luta da CGTP—IN: “Defender a Saúde e os Direitos dos Trabalhadores” — Participação com vídeos de apelo/apoio/luta pelo direito à saúde e pelo direito ao trabalho.

24 junho — Protesto e exigência junto ao ME, Lisboa. A FENPROF entregou propostas fundamentadas que antecipam os vários cenários para setembro, relacionadas com a saúde pública devida à COVID—19. Apresentação do plano sanitário para regresso no ano letivo seguinte.

25 junho – Plenário Nacional de Trabalhadores da Administração Pública, Frente Comum, Lisboa.

10 julho – Plenário de Sindicatos da CGTP-IN, Lisboa.

14 de julho – Reunião com a ACT sobre a situação dos Investigadores contratados pelas IPSFL

17 de julho – Debate online - “COVID-19 no Ensino Superior e Investigação Científica: Balanço e propostas.

21 julho — Ação de luta em frente ao ME, para entrega e exigência relativas ao 1º CEB, entrega de 2500 postais.

28 de julho — FENPROF, APD, CNOD, pais e encarregados de educação unidos em defesa da criação de condições sanitárias para o regresso ao ensino presencial, promoveram em 28 de julho uma Conferência de Imprensa à porta do Ministério da Educação.

3 e 4 de setembro — Conselho Nacional da FENPROF — Hotel — Lisboa.

26 de setembro — Ação de luta Nacional (descentralizada) da CGTP—IN.

26 de setembro — Manifestação Regional CGTP – Semana Nacional de Ação e Luta.

1 de outubro – Greve Nacional /manifestação IPSS – CNIS – Porto.

5 de outubro – Comemoração Dia Mundial do Professor – Realização de um Plenário (situação de recurso devido ao mau tempo). A FENPROF tinha preparada uma iniciativa com a colocação de vinte e duas mega faixas na avenida dos aliados e a presença de um número infelizmente limitado de ativistas sindicais, devido à pandemia – Porto.

9 de outubro – Plenário Nacional da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, Lisboa.

15 de outubro — Greve dos Trabalhadores docentes das Misericórdias e das Santas Casas Associadas.

15 de outubro — Reunião da coordenação conjunta dos setores da Educação Pré-Escolar e 1.º CEB – vídeo conferência.

29 de outubro – Ação de luta, junto à Assembleia da República – OE 2011— Lisboa.

7 a 11 de novembro — Ação de luta em todos os setores – “Proteger os Trabalhadores! Aumentar salários! Garantir direitos!”.

8 de novembro — Corrida/Marcha Nacional do Professor – Volta a Portugal pela valorização da Educação.

13 de novembro — Ação de luta “Valorizar os Trabalhadores, servir as Populações, Frente Comum, Lisboa.

23 de novembro – Reunião no MCTES.

24 de novembro — Plenário de Professores e Educadores para todos os Professores, por videoconferência com a participação de Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF.

11 de dezembro — Greve Nacional de Professores e Educadores — “Pela abertura ao diálogo e respeito pela negociação coletiva”.

18 de dezembro — Debate – “CGTP-IN – Das Raízes à Atualidade, sindicalismo do presente para o futuro”, Casa do Alentejo, Lisboa.

Em 2021

27 de janeiro - Debate FENPROF “Pela Democracia nas Escolas” On-line.

28 de janeiro – Plenário de Sindicatos, CGTP, Lisboa.

Fevereiro - FENPROF promove Abaixo-Assinado contra o regime de vagas na progressão na carreira.

2 de fevereiro – Conferência de Imprensa para apresentação pública dos resultados do inquérito sobre precariedade na investigação.

9 de fevereiro – inicia-se o envio de um postal eletrónico ao primeiro-ministro e ao ministro da educação.

10 de fevereiro - Debate FENPROF “Municipalização não é solução!” - On-line.

17 de fevereiro - Debate online com o tema “O trabalho científico em Portugal: Precariedade e Burnout”.

19 de fevereiro – Plenário de Dirigentes, Delegados e Ativistas dos Sindicatos da Frente Comum, Lisboa.

23 de fevereiro – Em frente ao M.E. – Concentração de Professores e Educadores -com entrega do abaixo-assinado e proposta negocial ao M.E.) - “Não às vagas para progressão na carreira” - Pelo fim das vagas no acesso aos 5º e 7º escalões.

23 de fevereiro – audição/via skype no âmbito do Acompanhamento Processo de Remoção do Amianto em Edifícios Públicos, com a presenças de Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFP) e Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

24 de fevereiro - Debate FENPROF “Acesso ao Ensino superior” - On-line.

25 de fevereiro – Jornada Nacional de Luta (descentralizada) – CGTP-IN – 6% do PIB para a Educação.

8 de março - Comemoração do Dia Internacional da Mulher – Realização de diversas iniciativas que integraram, designadamente cordões humanos com intervenção político-sindical, e iniciativas em várias escolas, com o patrocínio dos sindicatos da FENPROF.

9 de março – Debate/ Videoconferência: “Violência sobre as mulheres em contexto de Trabalho” no âmbito da Semana da Igualdade e contributo que assinalou o Dia Internacional da Mulher em 2021.

9 de março – Entrega, no ME, de proposta fundamentada de vinculação de docentes das escolas artísticas António Arroio e Soares dos Reis.

10 de março - Debate FENPROF “Rejuvenescer a profissão respeitando a aposentação” - On-line.

15 de março - Plenário de Professores e Educadores sobre Concursos - On-line.

17 de março – Plenário da Frente Comum e Concentração de trabalhadores da Administração Pública, participação com faixa dos 6% do PIB e recolha de assinaturas para a Petição contra a municipalização, organizada pela Frente Comum.

19 de março - Entrega do abaixo-assinado em defesa de um plano de regresso ao ensino presencial em condições seguras no MPCM, ME, e MS.

23 de março - Entrega, na AR, da petição contra a municipalização.

24 de março - Debate FENPROF “Inclusão, Direitos Humanos e Cidadania” - On-line.

25 de março – Jornada de luta da juventude – InterJovem – em Lisboa e no Porto.

7 de abril - Debate FENPROF “ Novas experiências pedagógicas para os alunos do século XXI” On-line.

16 de abril - Protesto de trabalhadores científicos no MCTES (FENPROF/ABIC).

16 de abril - 9ª Conferência IR/Nacional – “Direito dos trabalhadores a envelhecer com direitos – Afirmar a solidariedade intergeracional” .

21 de abril - Debate FENPROF “Bullying: Ameaça, poder e violência entre pares” - On-line .

24 de abril – Ação de luta de Professores, frente ao CCB, Lisboa.

25 de abril – Comemorações Populares do 25 de abril, com o apoio e a intervenção, em muitas localidades, dos Sindicatos da FENPROF.

1 de maio – Comemorações do 47º aniversário do 1º de maio em Liberdade, com a realização de iniciativas públicas de ação e luta em todos os distritos.

5 de maio - Debate FENPROF “Política de divulgação da Língua Portuguesa/Português, Língua de herança/ estrangeira ou Língua Portuguesa não materna” On-line.

8 de maio – Manifestação Nacional, no Porto, “Afirmar a Soberania! Por uma Europa dos Trabalhadores e dos Povos!”, enquadrada pela reunião de chefes de estado e primeiros-ministros dos países da União Europeia.

13 de maio – Concentração da FENPROF frente ao Conselho de Ministros sobre o Regime específico de aposentação e o rejuvenescimento da profissão.

14 de maio – Reunião com MCTES, ABIC e FENPROF sobre a precariedade no ensino superior e ciência e concurso CEEC institucional e individual.

20 de maio - Iniciativa da FENPROF em frente ao Palácio da Ajuda – “Melhorar as condições de trabalho. Eliminar abusos e ilegalidades nos horários”.

24 de maio – Participação na Concentração de Solidariedade com a Palestina em Viseu.

25 de maio – Audição da FENPROF pela Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Desporto da AR sobre os problemas no ensino superior e ciência.

27 de maio – Iniciativa da FENPROF em frente ao CCB – “Recompôr e valorizar a carreira docente”.

28 e 29 de maio - Reunião do Conselho Nacional da FENPROF – Lisboa.

4 de junho – Reunião da FENPROF na A3ES sobre os concursos de progressão e contratação e o não cumprimento dos rácios relativos ao corpo docente previstos nos ECDU e ECPDESP pelas instituições.

11 de junho – A FENPROF apresentou no ME a posição sobre o Plano Escola+ 21/23 e protestou contra o bloqueio negocial.

18 de junho - Concentração de docentes e investigadores - 4.º aniversário do PREVPAP - Lisboa (Ministério das Finanças).

25 de junho – Ação de luta da FENPROF – “Feira dos problemas com soluções bloqueadas”, com a aprovação de uma moção, no Rossio, em Lisboa.

29 de junho – Encontro/Debate online – Quadros Sindicais da Educação Pré-Escolar (FENPROF) “Educação de Infância para todos, compromisso com o futuro”.

28 de julho - Concentração frente ao ME contra as vagas para acesso aos 5.º e 7.º escalões – Lisboa.

16 de setembro – Debate on-line sobre a Municipalização com os partidos políticos.

16 de setembro – Debate on-line sobre “Serviços Públicos e Funções Sociais do Estado num Portugal de Progresso e Justiça Social”.

Outubro – Lançamento da Petição sobre a revisão do RJIES.

2 de outubro - Webinar organizado pela FENPROF “Ensino superior: será o ensino remoto solução para o futuro?”.

5 de outubro – Comemoração do Dia Mundial do Professor, Realização de uma Manifestação na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, com a participação online de dirigentes do movimento sindical de professores de vários pontos do planeta.

7 de outubro – Participação no Encontro Nacional da CGTP-IN – Lisboa;

13 de outubro – Webinar – “As Questões Ambientais e a Educação”, com os oradores: Alexandra Azevedo (Presidente da Quercus), Demétrio Alves (Doutorado em Planeamento e Ordenamento do Território) e Margarida Gomes (Coordenadora Nacional do Programa Eco-Escolas). Dinamizado pelo Centro de Formação José Salvado Sampaio, FENPROF

20 de outubro - Debate on-line - “Ensino Superior: Será o ensino remoto solução para o futuro?”.

22 de outubro – Tribuna Pública, ação nacional descentralizada organizada pela IR/Nacional e pelo MURPI, pelo aumento de todas as pensões, melhorias dos serviços públicos e condições de vida dignas.

22 e 23 de outubro – Reunião do Conselho Nacional da FENPROF.

23 de outubro – 3ª Corrida Nacional do Professor e da Educação 2021, Lisboa.

27 de outubro – Webinar – “Riscos do Digital para os Alunos e a Escola Digital”, com os oradores: Fernanda Ledesma (Presidente da Associação Nacional de Professores de Informática - ANPRI), José Eduardo Lemos (Presidente do Conselho das Escolas) e Filipe T. Moreira (Doutorado em Multimédia em Educação). Dinamizado pelo Centro de Formação José Salvado Sampaio, FENPROF.

27 de outubro - Encontro Nacional Artístico Especializado da Música e da Dança, Lisboa.

29 de outubro - Encontro Nacional de dirigentes e delegados sindicais do 1º Ciclo do Ensino Básico.

12 de novembro – Greve Nacional da Administração Pública.

15 de novembro – Reunião MCTES.

16 e 23 de Novembro – Conferência “Educação de infância para todos, compromisso com o futuro”, com os seguintes oradores: Ana França (Professora Auxiliar da Universidade da Madeira-Departamento de Ciências da Educação), Carlos Neto (Professor Catedrático e docente da Faculdade de Motricidade Humana da universidade de Lisboa), Raquel Dias (Professora Auxiliar da Universidade dos Açores), Ana Artur (Professora Auxiliar da Universidade de Évora), Catarina Tomás (Professora Adjunta na Escola Superior de Educação de Lisboa) e Mari José Alves 8 bibliotecária no Agrupamento de Escolas Soares dos Reis).

20 de novembro – Manifestação Nacional da CGTP-IN – Marquês de Pombal, Lisboa.

11 de dezembro – Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no Centro de Congressos de Aveiro, distribuição de um documento da FENPROF sobre a Municipalização, aos delegados.

6 de dezembro – Reunião geral de docentes e convidados/colaboradores na Universidade de Évora.

21 de dezembro – Iniciativa da Frente Comum - Praça do Rossio em Lisboa, entrega de “prendas” de Natal ao atual e futuro governos.

Em 2022

12 de janeiro – Concentração de docentes e investigadores do Ensino Superior que aguardam a homologação dos processos em falta no âmbito do PREVPAP, junto ao Ministério das Finanças.

20 de janeiro – Concentração de docentes contratados como técnicos especializados e formadores que, tendo os processos homologados, continuam a aguardar a abertura dos concursos para a integração em quadro no âmbito do PREVPAP, junto ao Ministério das Finanças.

2 de fevereiro – Plenário Nacional online para docentes com Contrato Individual de Trabalho no SNS - Ministério da Saúde sobre o Acordo Coletivo de Trabalho publicado em Boletim de Trabalho e Emprego.

10 de fevereiro – entrega na Representação Portuguesa da Comissão Europeia (CE) de uma exposição sobre os abusos e discriminação de docentes com vínculos laborais precários.

7 a 11 de março – Semana da Igualdade, em todo o país, sob o lema A Igualdade tem de existir para o país evoluir, que também assinalou o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora (8 de março).

8 de março - FENPROF lança Concurso para uma BD sobre o Dia Internacional da Mulher que deverá desenvolver-se durante o ano seguinte, até 8 de março de 2023.

10 de março - participação nos atos públicos «Parar a Guerra! Dar uma oportunidade à Paz!» que se realizaram em Lisboa e no Porto.

30 de março – reunião com a direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses a propósito do processo de municipalização em curso.

13 de abril – Reunião com o CCISP.

18 de abril - Reunião com o CRUP.

19 de abril – Entrega da Petição na Assembleia da República, “Reclamamos justiça, efetivação dos nossos direitos e respeito por horário de trabalho”, com mais de 17 mil assinaturas.

19 de abril – Conferência de Imprensa, ao fundo da Escadaria Principal da Assembleia da República.

20 de abril – Debate “Respeitar a diversidade, garantir a igualdade de género”.

25 Abril – Participação nas Comemorações Populares do 25 de Abril e do seu 48.º Aniversário.

26 de abril – Reunião com equipa ministerial do MCTES.

27 de abril – Sessão plenária da equipa ministerial do ME com 12 organizações, sindicais e para-sindicais, a maioria à margem do art.º 341.º da Lei de Trabalho em Funções Públicas.

29 de abril – Conferência de Imprensa sobre avaliação, quotas, vagas e progressão na carreira, através da apresentação de uma rábula clarificadora da situação vivida pelos docentes portugueses, no continente.

1 de maio – Comemorações do 48.º aniversário do 1.º de maio em Liberdade, com a realização de iniciativas públicas de ação e luta em todos os distritos.

2 de maio – Entrega da Petição pela avaliação e revisão do RJIES na Assembleia da República.

3 de maio – Conferência de Imprensa, em Viseu, de apresentação do 14.º Congresso

4 de maio – Debate “Escola a tempo inteiro?! E que tempo para ser criança?”.

6 de maio – Entrega, no ME, das cartas dirigidas, pelos professores do 1.º Ciclo, ao ministro da Educação.

10 de maio - Ações de luta - Inter-Reformados/CGTP-IN e MURPI - em várias localidades do país, em defesa das pensões de reforma e de aposentação, contra a carestia de vida e pelo aumento salários.

12 de maio – Assembleia Geral Extraordinária da CPLP-Sindical da Educação.

12 de maio – Seminário Internacional com convidados estrangeiros ao 14.º Congresso.